

Marx e o Marxismo 2015: Insurreições, passado e presente

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 24/08/2015 a 28/08/2015



TÍTULO DO TRABALHO			
A CRÍTICA TROTSKISTAS À ALIANÇA NACIONAL LIBERTADORA			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Carlos Prado	Universidade Federal Fluminense	PPGH-UFF	Doutorando
RESUMO (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>A constituição da Aliança Nacional Libertadora (ANL) foi um momento decisivo para a esquerda brasileira na década de 1930. Por todo o seu significado político, a ANL já foi tema de inúmeras pesquisas acadêmicas. Todavia, a maior parte desses trabalhos se concentra na análise da participação do PCB e desconsideram a posição dos opositoristas. O presente trabalho pretende investigar a crítica trotskista à ANL, destacando as discussões teóricas e programáticas. A constituição das chamadas “frentes populares”, abrangendo setores ditos progressistas da sociedade, apareceu para substituir a política ultraesquerdista do PCB e retirá-lo do isolamento, retomando a política de frentes eleitorais amplas, semelhantes ao BOC. É a partir do questionamento da tática da “Revolução em etapas” e da política de colaboração de classe que os trotskistas desenvolvem suas críticas.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ 3)			
Aliança Nacional Libertadora; Partido Comunista do Brasil; Trotskismo.			
ABSTRACT (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>The constitution of the National Liberation Alliance (ANL) was a turning point for the Brazilian left in the 1930s. Throughout its political significance, the ANL has been the subject of numerous academic research. However, most of these studies focuses on the participation of PCB analysis and disregard the position of the opposition. This paper aims to investigate the Trotskyist critique of ANL, highlighting the theoretical and programmatic discussions. The establishment of so-called "popular fronts", said covering progressive sectors of society appeared to replace the ultraleft policy of the PCB and pull it out of isolation, resuming the policy of broad electoral front, similar to BOC. It is from questioning the tactics of the "revolution in stages" and class collaboration policy that the Trotskyists develop their criticism.</p>			
KEYWORDS (ATÉ 3)			
National Liberation Alliance; Communist Party of Brazil; Trotskism.			
EIXO TEMÁTICO			
Marxismo, insurreições e revoluções: teoria e história			

A CRÍTICA TROTSKISTAS À ALIANÇA NACIONAL LIBERTADORA

Carlos Prado

Os terríveis revolucionários devem jogar fora a faca que carregam entre os dentes, passar gamolina no cabelo e adotar o sorriso mais encantador das odaliscas. (...) Assim se formou a Frente Popular: companhia de seguros radicais em bancarrota, à custa do capital das organizações revolucionárias.

(Trotsky, A França na encruzilhada, 1936a).

A trajetória da Aliança Nacional Libertadora (ANL) é um tema central para discutirmos o papel das esquerdas brasileiras. Composta por diversos setores da sociedade, a organização se coloca na oposição ao governo de Vargas e tem seu programa fundamentado na luta contra o fascismo, o imperialismo e o latifúndio. Impulsionada principalmente pelos tenentistas, a ANL recebe o apoio do PCB, que transforma a organização no carro-chefe do seu projeto de revolução burguesa-democrática. A adesão dos comunistas ao projeto ocorre num período em que o *Comintern* está abandonando as orientações ultraesquerdista, buscando retirar seus partidos do isolamento e retomar a política de colaboração de classe. A ANL se enquadra nessa estratégia de “frente popular”, que indica aos comunistas a formação de amplas alianças com diversos setores sociais, ditos progressistas.

Por outro lado, os trotskistas, reunidos na Liga Comunista Internacionalistas (LCI), se posicionam contrários à colaboração de classe e tecem inúmeras críticas. Para os opositoristas, que disputam a direção do movimento operário brasileiro com o PCB, a aliança com setores da burguesia era resultado da degeneração do partido comunista, que sob as orientações de Stalin, se afastava do caminho revolucionário. A LCI se posiciona contra a leitura econômico-social do país realizada pelos comunistas, segundo a qual, o Brasil preso a resquícios “feudais” ainda precisaria viver uma revolução burguesa, de caráter nacional e democrático, para só num momento posterior ter condições para avançar rumo a uma revolução socialista. Assim, criticando os comunistas e a ANL, os trotskistas publicam vários artigos questionando essa interpretação do desenvolvimento econômico nacional, bem como o programa de amplas alianças e de caráter reformista que se aproximava da burguesia e se afastava do proletariado.

Por todo o seu significado político, a ANL já foi tema de inúmeras pesquisas acadêmicas. Todavia, a maior parte desses trabalhos se concentra na análise da participação do PCB e desconsideram a atuação dos opositoristas. O presente trabalho pretende investigar a crítica trotskista à ANL, destacando as discussões teóricas e programáticas. Assim, num primeiro

momento vamos caracterizar a formação e o desenvolvimento da ANL, para posteriormente nos voltarmos para a análise da posição assumida pela LCI.

Ascensão, declínio e fracasso da Aliança Nacional Libertadora

A Aliança Nacional Libertadora só foi lançada oficialmente em março de 1935, mas a formação de uma aliança que englobasse os opositores à Vargas e ao integralismo já vinha sendo discutida e preparada desde o segundo semestre do ano anterior. Vianna (2003, p. 33) destaca que num primeiro momento os tenentes serão a principal força política da aliança: “Apesar de vários grupos terem participado da formação da frente, foram os tenentes dissidentes da Revolução de 1930 os que tiveram maior destaque na organização da ANL”. Esse caráter tenentista da aliança aparece de forma bem clara quando verificamos que os principais postos da organização eram ocupados por militares. O seu Diretório Nacional Provisório (DNP), era presidido pelo Capitão Hercolino Cascardo, comandante da Marinha de Guerra, a vice-presidência era ocupada pelo Capitão do Exército Amorety Osório e Roberto Henrique Sisson, oficial da marinha, ocupava o cargo de secretário-geral. É bastante significativa a presença de membros das forças armadas no primeiro escalão da organização.

Essa participação ativa dos tenentes dissidentes ou de esquerda foi importante para que a organização alcançasse uma maior projeção, afinal, o movimento tenentista ainda carregava um prestígio oriundo das lutas e rebeliões ocorridas ao longo da década de 1920. Cabe destacar que em 1935, as demandas e as palavras de ordem dos tenentistas já eram outras. Trata-se agora de uma luta contra o governo de Vargas e contra os rumos que a revolução de 1930 havia tomado. Esse programa atualizado do movimento tenentista é a defesa de uma plataforma democrática que, no plano econômico vai enfatizar a luta contra o imperialismo e, no plano político a luta contra o avanço das forças integralistas de Plínio Salgado.

O programa da frente apresenta um forte caráter nacionalista. Ora se designando como nacional-libertador, ora como nacional e popular. Para os aliancistas, a atuação das companhias estrangeiras significava um prolongamento do processo de colonização do país, pois estas empresas visavam apenas à exploração do lucro e das riquezas brasileiras. O fascismo, por sua vez, representado pelo integralismo se constituía numa ameaça às liberdades democráticas e as conquistas dos trabalhadores. De acordo com Levine (1980, p. 112): "O programa formal da ANL seguia os de outros movimentos de frente popular, anti-imperialista, antifascista, favorável à justiça social e às reformas econômicas".¹

¹ “Sisson define-se – e aos tenentes que com ele criaram a ANL – como um nacional libertador, cuja luta pelo povo tinha uma finalidade nacional: “a defesa anti-imperialista do Brasil”. Seu ideal era “*nacional e popular*”, jamais tendo

Num primeiro momento o PCB não aderiu à ANL. Nos primeiros meses os pecebistas aparecem apenas como apoiadores. É importante destacarmos que o ano de 1934 é um período de transição nas orientações políticas da Internacional Comunista (IC). O VI Congresso de 1928, que havia estabelecido a tese do “terceiro período”², do “social-fascismo”, da estratégia de “classe contra classe” e de “frente única pela base”, não permitia o estabelecimento de alianças amplas. Essas orientações já vinham sendo questionadas desde a vitória de Hitler na Alemanha em 1933.

A tese do “terceiro período” afirma que a economia capitalista entrara em uma profunda crise estrutural e caminhava a passos largos para sua fase final, portanto, a postura dos comunistas deveria ser ofensiva. Assim, a perspectiva de “classe contra classe”, compreendia que as alianças com setores burgueses ou mesmo socialistas seriam prejudiciais ao movimento operário. Dentro desse mesmo esquema, a concepção do “social-fascismo” aponta que a socialdemocracia e o fascismo não se distinguiam em essência, igualando a democracia liberal com a ditadura fascista. Essa política ofensiva e sectária levou os comunistas do mundo todo, inclusive os brasileiros, ao isolamento e ainda permitiu a ascensão nazista na Alemanha, pois impediu que o Partido Comunista Alemão construísse uma frente com a socialdemocracia.

Assim, em 1934, as orientações do *Comintern* começam a se modificar. As comissões preparatórias do VII Congresso da IC iniciaram os trabalhos entre julho e agosto de 1934. Os debates giraram em torno da ascensão fascista e da recuperação da economia mundial. Em primeiro lugar, rejeitou-se a tese do terceiro período, anulando a concepção de que o capitalismo vivia sua crise final e que a revolução era iminente. Em segundo lugar, tratou-se da ascensão do fascismo evidenciando seu caráter autoritário e repressor. Inicia-se assim, uma luta fervorosa contra o crescimento das forças fascistas e, para tanto, torna-se necessário uma ampla aliança com todas as forças a favor da manutenção das liberdades democráticas.³

Em outubro de 1934, na III Conferência Comunista da América Latina, as novas orientações foram apresentadas em Moscou para 19 delegações, incluindo a brasileira. Esse encontro marcou a introdução da política de Frente Popular no continente. Sem uma autocrítica ou uma discussão aberta, o *Comintern* procurou apresentar e impor a política de promoção de amplas alianças, incluindo a pequena-burguesia e outros setores burgueses que estivessem na oposição ao

pensado em um regime comunista para o país. Explicava que se criara entre os “tenentes de esquerda” um forte sentimento nacionalista e anti-imperialista, pois o imperialismo só visava lucros e estava saqueando o Brasil. Sendo, em primeiro lugar, anti-imperialista, a ANL era, conseqüentemente, antilatifundiária e democrática” (VIANNA, 2003, p. 35).

² Segundo as orientações do *Cominter* de 1928, o “terceiro período” se apresenta como um momento de profunda crise econômica o que possibilita aos partidos comunistas se posicionarem na ofensiva, adotando uma política esquerdista. Dentro dessa lógica, o “primeiro período” foi o de 1917-1924 e se caracterizou pela crise do capitalismo e ascensão do movimento revolucionário. O “segundo período”, de 1925-1928 vislumbrou uma recuperação da estabilidade capitalista.

³ “O momento exigia que o fascismo fosse eleito como inimigo principal e que se articulassem alianças políticas tendo em vista a manutenção e ampliação das liberdades democráticas” (DEL ROIO, 1990, p. 261).

imperialismo e interessados na defesa de uma economia nacional e das liberdades democráticas. Não podemos deixar de observar que essa virada estratégica representa um retorno a política comunista anterior ao VI Congresso da IC. Significa um regresso à política de alianças que no Brasil se materializou na política do BOC (Bloco Operário e Camponês).

É nesse contexto que surgiu a política das Frentes Populares, que viria a se consolidar no VII da IC. Sob orientação do teórico búlgaro Giorgi Dimitrov, esse congresso realizado em julho e agosto de 1935 consolidou um giro de 180 graus na estratégia política dos partidos comunistas. Del Roio (1990, p. 267) afirma que a propósito dos países coloniais e semicoloniais “a orientação era no sentido de se promover a formação de amplas frentes nacional-populares antifascistas e anti-imperialistas, que poderiam englobar setores burgueses cujos interesses estivessem prejudicados pela pressão imperialista”.

As frentes populares se caracterizam por amplas alianças nacionais, que teriam como principal objetivo barrar o avanço dos partidos fascistas. Assim, os comunistas que anteriormente recusavam estabelecer alianças com outros partidos de esquerda, especialmente com a socialdemocracia, são agora orientados a buscarem e fomentarem amplas alianças com diversos setores sociais, independente da orientação ideológica, que se dispusessem a lutar contra as forças fascistas. A ANL surge justamente nesse período de transição, ou melhor, de modificações substanciais na orientação política do PCB.

Não é difícil perceber que existia uma convergência entre as ambições políticas expressas pelos partidários da ANL e pelos *pecebistas*. Portanto, se a princípio o PCB se recusa a aderir integralmente à ANL, não tardou para que os comunistas aderissem ao projeto, pois o programa político de ambos era similar. O projeto de luta nacional, que pregava o combate ao fascismo, ao imperialismo e a oligarquia, não era estranho aos comunistas, muito pelo contrário, era exatamente a proposta da revolução democrático-burguesa, anti-imperialista e antifeudal defendida pelos *pecebistas*⁴. Para o PCB a exploração econômica estrangeira norte-americana e inglesa juntamente com a permanência do latifúndio “feudal” eram os elementos fundamentais para explicar o atraso do país que permanecia com uma economia agrícola e dependente. O rompimento com o imperialismo e com a lógica latifundiária era o cerne da leitura dualista da realidade socioeconômica brasileira.

Luiz Carlos Prestes, após uma longa estada na União Soviética, retornou ao Brasil no início de 1935, com a incumbência de ser o fomentador da Frente Popular brasileira. Aos militantes do PCB, não houve opção a não se aceitar e reconhecer o novo chefe do partido, designado pelo *Comintern*. Sem grande resistência, os comunistas brasileiros receberam o novo líder e as novas

⁴ “A identificação que os tenentes faziam dos inimigos a combater – o imperialismo e o latifúndio – coincidia com a do PCB, estando de acordo também com a importância da luta democrática” (VIANNA, 2003, p. 36).

designações que vinham da União Soviética. Por conseguinte, Prestes se transformou em fator fundamental para unidade entre os tenentes e os comunistas, servindo como elo entre pecebistas e tenentistas, garantindo a efetivação da frente nacional e a adesão do PCB à ANL.

Se num primeiro momento coube aos tenentistas dissidentes um papel fundamental na organização da ANL, não podemos nos esquecer de que a frente popular se configurou como uma organização muito mais ampla, abrangendo diversas organizações coletivas, vinculados ao movimento operário, sindicatos, partidos e organizações culturais, além de profissionais liberais, como advogados, jornalistas e professores.⁵ Tendo grande aceitação entre a classe média, profissionais liberais e intelectuais, as lideranças da ANL buscaram estabelecer contato com todos os grupos ou indivíduos que pudessem estar insatisfeitos com o regime de Vargas. Essa ampliação da base social de alianças trazia importantes características políticas. Afinal, era preciso que o programa satisfizesse todos esses setores. “Para garantir mais base de apoio, a ANL fazia valer a natureza reformista e não revolucionária do seu programa” (LEVINE, 1980, p. 113).

O programa e a propaganda da ANL criticavam e atacavam o imperialismo, concebendo que o capital estrangeiro apenas explorava as riquezas e a força de trabalho dos brasileiros. Por conseguinte, o programa reformista exigia que as empresas internacionais fossem desapropriadas e nacionalizadas. O ataque era à burguesia e as companhias internacionais e não à burguesia e as empresas de capital nacional.⁶

A frente popular brasileira também exigia medidas que iam de encontro aos interesses da classe trabalhadora. De maneira geral, a organização não lutava por nada novo, mas apenas o cumprimento de uma legislação social que já vinha assegurando melhores condições aos trabalhadores, mas que era regularmente descumprida pelos empregadores. Assim, também estava em pauta a luta pelo cumprimento das tabelas de salário-mínimo, aa jornada de oito horas diárias, da indenização em caso de demissão e do seguro-desemprego. Essas demandas trabalhistas foram importantes para que a ANL conseguisse uma penetração junto à classe operária.

Num primeiro momento a ANL parece menosprezar a questão do poder. A organização apresentava um programa, mas não se reconhecia como um partido e também não colocava a questão da tomada do poder. Parece que essa proposta nacional-libertadora não julgava necessário derrubar o regime vigente para transformar a realidade política, econômica e social do país. De acordo com Vianna (2003, p. 37-38): “A aliança refletia a incoerência ideológica das camadas

⁵ “As células da ANL refletiam, via de regra, o meio em que operavam. Profissionais liberais e empregados de escritório dominavam as elegantes células urbanas, organizadas por distrito residencial. Nos bairros industriais, como no interior, as células atraíam uma clientela de renda baixa e poucas letras. Mas a ANL permaneceu basicamente urbana, na sua curta existência. Dominavam nos seus conselhos elementos de classe média e de baixa classe média, a despeito dos esforços feitos para dar-lhe base operária” (LEVINE, 1980, p. 110).

⁶ “O programa nacionalista da ANL refletia a opinião das esquerdas brasileiras de que o Brasil era subserviente ao sistema capitalista internacional; é típico que não exigisse que as empresas opressoras de capital brasileiro fossem também confiscadas ou nacionalizadas” (LEVINE, 1980, p. 106).

médias urbanas, sua principal componente: havia uma enorme mobilização e agitação em torno de seu programa, mas em nenhum momento se colocava o como se organizar para cumpri-lo”. Esse contrassenso é colocado em pauta pelos comunistas, especialmente por Luiz Carlos Prestes, que depois de ser nomeado Presidente de honra (por indicação de Carlos Lacerda) escreve uma carta em maio manifestando sua adesão ao programa da ANL e apontando que a questão do governo, do poder em si, era fundamental:

Não há tempo a perder. A tarefa da ANL, o segredo de seu sucesso está na rapidez com que souber e puder passar da agitação à ação. Precisamos agir com rapidez e decisão. [...] nas condições atuais do Brasil pode a ANL chegar rapidamente a ser uma grande organização nacional-revolucionária capaz de sustentar a luta de massas pela instauração de um governo popular revolucionário em todo o Brasil (PRESTES, *Apud* Vianna, 2003, p. 40).

A carta de Prestes é bem clara ao apontar os caminhos que a ANL deveria seguir. Não basta a agitação e a propaganda, é preciso partir para uma atuação mais concreta, que se traduz na luta pela tomada do poder, numa luta direta pelo controle do Estado e pela construção de um novo regime. Prestes lança uma nova palavra de ordem, ele chama por um Governo Popular Nacional Revolucionário (GPNR). Apesar da questão do poder não ter sido oficialmente incorporada ao programa, a luta por uma revolução popular passou a ganhar terreno entre os tenentes e demais membros da aliança.

As palavras de Prestes também deixam implícita qual seria a forma pela qual a ANL efetivaria a derrubada do governo Vargas. Não havia naquele momento nenhuma tradição republicana, democrática ou simpática à via eleitoral entre os militares. O passado recente das lutas tenentistas evidenciada em 1922 e 1924 e na própria Coluna Prestes, apontavam o caminho para a luta armada, para a conspiração. Por sua vez, o PCB atuando na ilegalidade não via a revolução numa perspectiva legalista, eleitoral. O caminho para a tomada do poder não podia ser outro senão a sublevação.⁷

Nos seus primeiros meses a ANL cresceu de forma surpreendente. Foram fundadas células em quase todo o país, sendo Rio de Janeiro e São Paulo os seus principais pontos de atuação.⁸ Comícios e outras manifestações mostravam a força que a frente vinha adquirindo, principalmente entre a classe média, pequeno-burguesa. De qualquer forma, a adesão à ANL evidenciava que a

⁷ “Apesar da questão do poder e dos meios para atingi-lo não estar colocada, as duas principais forças da ANL – os tenentes de esquerda e o PCB – viam na luta armada o caminho para a efetivação de sua política. Os tenentes não abandonaram a ideia de serem as Forças Armadas a vanguarda revolucionária do país, e os comunistas, por sua vez, trabalhavam com uma visão idealizada e fantasiosa a respeito da “luta armada das grandes massas” para a tomada do poder” (VIANNA, 2003, p. 38).

⁸ “Ao tempo da supressão o movimento dizia ter 400.000 membros. Estimativa mais realista, baseado nos arquivos subsistentes da ANL, dá para a organização de 70.000 a 100.000 filiados, e isso no algo do sucesso” (LEVINE, 1980, p. 122).

oposição e a insatisfação com o governo crescia. Não tardou para que Vargas contra-atacasse. Em 4 de abril, dias após o lançamento oficial da frente, o Congresso aprovou a Lei de Segurança Nacional. Esta foi a primeira resposta de Vargas à formação da frente popular, especialmente devido à nomeação de Prestes para a presidência de honra da organização. O líder da Coluna que havia sido exilado e retornado ao país clandestinamente, não era uma figura bem quista pelo regime.

Prestes via na ANL uma real possibilidade de vitória, estava deslumbrado com o seu crescimento e partiu para a ofensiva sem se preocupar muito com as reações de Vargas. Em 5 de julho, em comemoração ao aniversário do levante dos Dezoito do forte de Copacabana e do levante tenentista paulista de 1924, a frente organizou um comício no qual foi divulgado o Manifesto de Prestes. O texto foi lido por Carlos Lacerda e trazia várias referências às lutas tenentistas da década de 1920, apontando que a ANL era a continuidade dessas lutas. Quanto aos objetivos da organização era reafirmado o compromisso de combate às forças fascistas do integralismo, de defender as liberdades democráticas e a libertação nacional, que se realizaria numa luta incessante contra o imperialismo e contra o latifúndio.

Num discurso inflamado Prestes convoca as massas para a luta revolucionária. Sem medir palavras, chama as massas ao levante imediato contra Vargas: “Cabe à iniciativa das próprias massas organizar a defesa de suas reuniões, garantir a vida de seus chefes e preparar-se ativamente para o momento do assalto. *A ideia do assalto amadurece na consciência das grandes massas*” (PRESTES, 1999, p. 136). O manifesto claramente convoca as massas à rebelião e sem titubear se encerra com uma nova palavra de ordem: “Todo o poder à ANL!”. Prestes estava vislumbrado com o rápido crescimento da frente e pensava que já havia chegado o momento da rebelião armada. Todavia, essa leitura apressada logo se mostraria um equívoco e, serviria como o pretexto ideal e necessário para a reação de Vargas, que uma semana após a divulgação do manifesto colocou a organização na ilegalidade.

A reação do governo é imediata e em 11 de julho é assinado o decreto de fechamento da ANL. Com a organização posta na ilegalidade teve início a repressão. Com o respaldo da Lei de Segurança Nacional, manifestações e comícios foram proibidos, sindicatos foram invadidos, sedes foram fechadas e dirigentes foram presos. A ANL não parecia ter força para reagir. Assim, após pouco mais de três meses de atuação legal e de grande mobilização, a organização era fechada, posta na clandestinidade. Ao contrário do que imaginavam seus líderes, principalmente Prestes, a notícia do fechamento da ANL não causou uma comoção nacional, sua militância não foi às ruas, seus filiados não organizaram greves ou grandes manifestações.⁹

⁹ Sobre essa questão Vianna (2003, p. 56) aponta que “Em São Paulo, houve uma passeata de protesto; no Rio de Janeiro, Pedro Ernesto também protestou, mas isoladamente; os trabalhadores em hotéis declararam uma greve que não

Esse é um aspecto importante, pois evidencia que o programa e o discurso da organização não havia conseguido penetrar realmente nas “massas”. Fica evidente um duplo distanciamento. Primeiro, entre o programa da ANL e a consciência das classes subalternas. Segundo, entre o discurso entusiasmado de seus líderes e a realidade concreta. O silêncio da pequena-burguesia e da classe operária ao fechamento da organização é ilustrativo para analisarmos e compreendermos o posterior fracasso dos levantes que ocorreram em novembro de 1935.

É muito difícil uma frente tão ampla como a ANL sobreviver na ilegalidade. A vida na clandestinidade só é possível para uma organização concisa, centralizada e disciplinada. Uma frente popular que reunia diversos segmentos da sociedade, diferentes classes, movimentos e grupos, enfrentaria dificuldades para se organizar na clandestinidade. O resultado é que, logo após o seu fechamento, a ANL teve um drástico recuo no número de seus quadros, foi reduzida a praticamente os tenentistas mais entusiasmados com a “real” possibilidade do sucesso de uma insurreição e pelo PCB.¹⁰ Ambos acreditavam na luta armada como saída para a vitória sobre o governo Vargas. A estratégia insurrecional estava enraizada na mentalidade dos tenentistas e para os comunistas esta também se mostrava como sendo a melhor opção de luta. Nessa perspectiva, dias após o fechamento da ANL, o PCB divulgou um folheto convocando: “Povo do Brasil: Às armas!”.

O fato é que após 12 de julho, a Frente Popular brasileira é obrigada pela repressão de Vargas a encerrar suas atividades, deixando de existir como uma organização legal. Os membros remanescentes da ANL, imaginando que o Brasil vivia uma aguda crise revolucionária, chamam a população para uma revolução popular, para uma insurreição, para a luta armada contra Vargas, mas o apoio popular à organização desapareceu assim que foi posta na ilegalidade. Fora da legalidade, sem suas reuniões de células, seus comícios e movimentos, o fato é que “para a maior parte dos brasileiros a ANL desaparecera do mapa” (LEVINE, 1980, p. 161).

Na ilegalidade a Frente Popular passou então a ser dirigida diretamente pelos comunistas. “As células da ANL operativas depois de julho eram simplesmente células operativas do Partido Comunista operando em nome da ANL” (LEVINE, 1980, p. 161). A publicação do Manifesto de Prestes com o chamamento às armas, bem como o enquadramento da organização na Lei de Segurança Nacional, esvaziou a ANL. Persistiram os membros do alto escalão da organização,

se realizou. Ficou nisso a reação “das grandes massas” ao fechamento da ANL. (...) Apesar do delirante entusiasmo popular pela ANL, demonstrado em inúmeras ocasiões, “as massas” assistiram passivas a seu fechamento. O distanciamento, mesmo entre as palavras de ordem *nacionalistas de democráticas* da direção da aliança, e a consciência operária, era inda muito grande”. Levine (1980, p. 159) acrescenta: “(...) a reação foi quase nula. Os protestos limitaram-se à marcha de cinco mil operários em São Paulo – liderados por Caio Prado Jr.”.

¹⁰ “O manifesto criou confusão entre os dirigentes não-comunistas da ANL (...) Mesmo alguns membros da diretoria da ANL, sentindo-se apanhados num laço, recuaram, abandonando o movimento. Até o presidente administrativo organizativo, Herculino Cascardo, pulou fora, como se diz. E o PCB, através de Prestes e de seus apaniguados, assumiu o controle total da Frente Popular” (LEVINE, 1980, p. 158).

especialmente aqueles vinculados ao PCB e os tenentistas, comprometidos com Prestes e crentes na possibilidade de uma insurreição armada obter sucesso.¹¹

No período que se sucedeu, Prestes utilizou de toda sua influência e prestígio junto às forças armadas para tentar angariar apoio. Entrou em contato com vários militares vinculados ao tenentismo e outros possíveis aliados a fim de conquistar novas forças para a insurreição que vinha sendo preparada.¹² O fato é que os levantes se deram antes do planejado. Assim, eclodiu a revolta primeiramente em Natal, no dia 23 de novembro, sendo seguida por levantes em Pernambuco, dia 24 e Rio de Janeiro, no dia 27. Embora os levantes viessem sendo preparados pelo PCB, a compreensão de cada uma das insurreições só é possível se levarmos em conta as particularidades regionais. São essas particularidades que explicam o fato de Natal ter se levantado antes do previsto. Infelizmente, nesse breve texto não cabe investigar essas questões.

O que a direção do PCB, Prestes e os tenentistas esperavam é que os levantes nos quartéis recebessem amplo apoio popular. Imaginavam que o Brasil vivia uma crise revolucionária e que o governo de Vargas estava por um fio e, portanto, as insurreições dos militares seriam o estopim para um grande levante de massa que colocaria abaixo o governo de Vargas, abrindo caminho para a construção do governo nacional popular de Luiz Carlos Prestes. Todavia, não havia uma estreita vinculação entre a ANL e a classe operária. Essa ausência de apoio popular ficou evidente desde o silêncio ao fechamento da organização em julho.

Em pouco tempo as três insurreições foram sufocadas pelas forças militares do governo. Não havia capacidade militar de resistir e o esperado apoio das massas não ocorreu. “O apoio popular com que contavam os estrategistas da insurreição não se materializou; não tiveram qualquer ajuda, civil ou militar” (LEVINE, 1980, p. 181). Isolados, os tenentes revoltosos foram presos pela onda repressiva que se instalou em seguida aos levantes.¹³

Todavia, vale destacar que dentro do PCB, a luta insurrecional não era unanimidade. Alguns militantes se posicionaram contrários ao levante, prevendo a ausência de uma base operária para dar suporte a revolta. Apesar do crescimento da ANL, não havia uma influência decisiva do PCB, principalmente no meio operário e no campo. É nesse sentido que se posicionam alguns militantes, entre os quais Augusto Besouchet em Carta aberta ao Bureau Político do CC do PC Brasileiro:

¹¹ “(...) no Brasil, tudo se arrumava e indicava, que a consumação do último ato tenentista estava prestes, por Prestes a se realizar. A mobilização, como dizia o líder, era melhor e muito mais fácil nos quartéis do que nas fábricas, sendo tarefa dos tenentes o trabalho revolucionário como o campesinato” (FERREIRA, 1999, p. 177).

¹² “Após seu retorno ao Brasil, Luiz Carlos Prestes passou a corresponder-se com seus antigos companheiros de Coluna Prestes, os quais, em boa parte, ocupavam cargos importantes no governo de Getúlio Vargas. O teor dessas cartas girava em torno da exposição das posições da Aliança Nacional Libertadora e de pedidos de adesão a ela” (O DESASTRES..., 2015, p.244).

¹³ “Os rebeldes foram postos em forma e levados através do bairro do Botafogo, em meio à multidão que dava vivas à vitória do governo. Cerca de 1.100 insurgentes foram embarcados diretamente das docas para a prisão, nas ilhas da Baía de Guanabara” (LEVINE, 1980, p. 181).

Estamos informados que o partido prepara, de comum acordo com Prestes e numerosos militares e políticos burgueses e pequeno-burgueses, um golpe de quartel para as próximas semanas. Consideramos isso um erro aventureiro que poderá trazer consequências mortais para a revolução e instalar por anos inteiros a mais negra reação no Brasil, com o desmantelamento completo das organizações operárias. (BESOUCHET, *Apud* Almeida, p.158).

Também citamos a carta de Barreto Leite Filho, jornalista e militante comunista, endereçada a Prestes, escrita em 26 de novembro de 1935, na qual alerta para o iminente fracasso do levante:

A nossa ascendência sobre o movimento de massas diminuiu de modo nunca visto. O movimento camponês, apesar de muita bravata que se conta, em um atraso lamentável. (...) Das grandes, só uma coisa resta: a armação militar para o motim. Mas esse motim não terá uma participação nem sequer deficiente das massas (...) trata-se de um golpe preparado à revelia das massas. (LEITE FILHO, *Apud* Vianna, 1995, p. 139).

Essas cartas evidenciam que havia no interior do partido, militantes que discordavam da insurreição. Esses documentos apresentam uma leitura da realidade mais concreta, reconhecendo a ausência de um apoio operário e camponês para o levante. Após o golpe, alguns desses militantes abandonaram as fileiras do PCB e acabaram aderindo ao movimento trotskista. É o caso de Augusto Besouchet, por exemplo.

A frente popular organizada pelo PCB fracassou. Primeiro na legalidade e, posteriormente na ilegalidade ao tentar um *putsch* sem o apoio da classe operária. O resultado imediato dos levantes foi a repressão do governo federal. A insurreição forneceu o motivo para que se aumentasse o autoritarismo e a centralização do poder. A primeira medida de Vargas foi a implantação do Estado de Sítio, que foi aceita sem restrições pelos parlamentares e, acabou sendo prorrogado por um longo período.¹⁴ A campanha anticomunista foi ampliada e o clima de medo se instalou pela propaganda ideológica de Vargas que se difundia em nome da união nacional. Além da prisão dos envolvidos diretamente, outros opositores também foram acusados de subversão e sofreram com a repressão. Ocorreram expurgos nas Forças armadas e entre o funcionalismo público. Toda oposição ao governo foi enquadrada. O governo utilizou politicamente do levante para disciplinar a sociedade. Era o prelúdio do Estado Novo que viria a ser implantado em 1937, que também se utilizou do anticomunismo para se legitimar.

¹⁴ “Em perspectiva histórica, a exagerada campanha anticomunista de repressão que se seguiu a novembro de 1935 revela a verdadeira intenção do presidente: usar a rebelião como veículo para ampliar o poder federal, firmar a supremacia indiscutível das Forças Armadas nacionais, e silenciar as vozes de moderados e adversários políticos em potencial” (LEVINE, 1980, p. 185).

Os trotskistas diante da Aliança Nacional Libertadora

Nessa segunda parte do trabalho, a análise se volta para a crítica dos trotskistas à ANL. Trata-se de um tema pouco debatido pela bibliografia pertinente. Diversos autores menosprezam o papel desempenhado pelos oposicionistas, não fazendo referências a existência dessa oposição ou tratando apenas brevemente, sem nenhum aprofundamento. Pode-se pensar que esse “esquecimento” se deve ao fato de se tratar de um grupo minoritário, com pouca influência política, todavia, não podemos deixar de ressaltar que também existem questões políticas por trás dessa “amnésia” historiográfica.

A oposição de esquerda, desde o seu surgimento foi marginalizada e perseguida politicamente e, esse combate ao trotskismo também se refletiu no meio acadêmico. Trotsky é um autor que circula muito pouco nas universidades e revistas acadêmicas. Suas concepções teóricas não são muito bem aceitas dentro do meio universitário, muitas vezes detratadas com o rótulo de “discurso militante”. Dessa forma, o estudo acadêmico sobre as organizações trotskistas também encontra dificuldades, mas mesmo assim, vem desde a década de 1980 traçando o seu caminho. Por fim, uma breve análise sobre o tema, deixa claro que não são muitos autores que se dedicam a investigação dessa problemática.¹⁵

Os militantes trotskistas da LCI não aderiram à ANL, mas acompanharam de perto as atividades da organização. No jornal *A Luta de Classes*, publicado pelos oposicionistas, podemos analisar como a LCI se posiciona diante da política de Frentes Populares. Em diversas edições entre 1935 e 1936, artigos apresentam uma análise crítica sobre a composição heterogênea, a direção e o programa adotado pela organização.

Uma das questões centrais nessa análise é a crítica que os trotskistas direcionam a orientação política do PCB. É preciso lembrar que trotskistas e stalinistas estão disputando a hegemonia na liderança do movimento operário. Suas respectivas organizações buscam ocupar o mesmo espaço, ou seja, a direção da classe trabalhadora. Por conseguinte, as publicações dos oposicionistas sempre trazem referências à política pecebista, no sentido de estabelecer uma crítica teórica para desconstruir suas posições, apontando desvios e equívocos.

O que merece ser destacado é que a crítica dos trotskistas vai muito além da constatação de que os pecebistas se iludiram ou se enganaram com o crescimento da organização, tampouco concordam com a ideia de que o problema foi apenas o equívoco quanto à afirmação de que o Brasil vivia uma iminente crise revolucionária e que o regime Vargas estava à beira do colapso. A crítica

¹⁵ Cabe aqui mencionarmos e indicarmos a dissertação de mestrado de Miguel Tavares de Almeida, intitulada *Liga comunista internacionalista: teoria e prática do trotskismo no Brasil (1930-1935)*, a qual apresenta um capítulo inteiramente dedicado à análise da Aliança Nacional Libertadora e os trotskistas.

oposicionista ultrapassa esses aspectos que foram bastante enfatizados pela bibliografia do tema. Os questionamentos dos trotskistas se situam no nível da teoria revolucionária, destacando a atuação do PCB, que sob influência de Stalin, abandona um programa voltado para os interesses da classe operária, em favor de uma via de reformista democrático-burguesa baseada em amplas alianças. É a partir dessa leitura que os oposicionistas vão criticar vários pontos do programa, bem como o caráter e a direção da revolução brasileira.

No artigo intitulado “A Aliança Nacional libertadora e a confusão do movimento operário”, publicado em 25 de junho de 1935 no jornal *A Luta de classes*, os trotskistas afirmam que:

A A.N.L. é uma invenção artificial de *Kuomitang*, tendo nascido não da própria necessidade da burguesia nacional em arrastar a massa a uma luta contra o imperialismo e o capitalismo estrangeiro, mas dos erros e fracassos da política do próprio partido que se diz representante do proletariado. (A ALIANÇA..., 2015, p. 218).

Nessa primeira passagem fica evidente essa postura crítica a estratégia assumida pelo PCB ao aderir a ANL. Chama atenção o fato dos oposicionistas vincularem a política pecebista com o fracasso do *kuomitang* chinês. Para os militantes da LCI a estratégia de amplas alianças significava um retorno à política anterior à virada ultraesquerdista do VI Congresso da IC. Tal estratégia orientava os comunistas chineses a apoiarem o partido burguês de Chiang-Kai-Chek, perdendo a liderança do processo e se posicionando a reboque da classe burguesa. O resultado dessa aliança foi catastrófico para a revolução chinesa, culminando na derrotada e numa grande onda repressiva. A política de Frente Popular reeditava essa estratégia fracassada, criando uma frente ampla, uma organização policlassista, na qual o proletariado seria usado para atingir interesses da burguesia.

Seguindo a crítica aos pecebistas, a LCI argumenta que:

(...) esse partido não representa os interesses verdadeiros da massa proletária profunda, mas é uma organização que reflete, na realidade, os sentimento e interesses das camadas pequeno-burguesas mais oprimidas e parte do proletariado qualificado, privilegiado, que se liga à pequena-burguesia; esse partido, como partido do proletariado revolucionário, fracassou totalmente na sua política e se sentiu isolado, sem ligação orgânica com a classe operária, incapaz de mobilizá-la em uma ação de massa por seu programa. (A ALIANÇA..., 2015, p. 219).

Para os trotskistas os partidos comunistas orientados pela IC, sofreram desde a ascensão de Stalin uma decomposição teórica, na qual se abandonou os princípios revolucionários do bolchevismo. Sob a influência direta do stalinismo, a Internacional deixou de representar a defesa dos interesses da classe trabalhadora mundial, deixou de ser o partido da revolução mundial, para se transformar no partido do oportunismo, das táticas desastrosas, um verdadeiro organizador de

derrotas. Atuando na oposição, o que os trotskistas almejavam era recuperar o caráter revolucionário do partido, reconduzindo-o ao caminho traçado por Marx, Engels e Lenin. Ao disputarem espaço com os comunistas, os trotskistas irão designá-los de stalinistas, justamente para destacar que não se tratava mais do partido de Lênin e do “verdadeiro” marxismo, mas do partido de Stalin, da burocracia, da conciliação e do oportunismo.

Um dos pontos centrais da crítica trotskista à ANL é a sua composição de classe. Por se tratar de uma frente ampla, a organização acaba por reunir grupos e indivíduos de diferentes origens sociais. Para os opositoristas, o fato da frente se constituir como um organismo amplo, aberto a diferentes classes, impossibilita que se desenvolva uma luta verdadeiramente revolucionária. Ao incluir todos aqueles que se colocavam na oposição ao regime de Vargas, independente da classe a qual pertencesse, a Frente Popular apresenta uma grande confusão ideológica. “A babel ideológica que reina dentro dela é o reflexo da mistura de classes”. Assim, a LCI acaba por identificar diferentes alas e interesses no interior da Frente Popular brasileira:

À direita, a A.N.L. conta com o “apoio”, a “adesão” ou as “simpatias” (...) de latifundiários autênticos, proprietários territoriais (advogados estipendiados de empresas imperialistas como João Mangabeira (...) Pedro Ernesto, milionário dilettantes da política, gênero Caio Prado, Sisson e outros espécimes da grande burguesia nacional. (A ALIANÇA..., 2015, p.220-221).

Os opositoristas identificam uma ala à direita no interior da ANL. Esses seriam seus representantes mais conservadores. Trata-se de latifundiários, proprietários de terras, empresários destacados, advogados vinculados ao imperialismo, políticos liberais, enfim, indivíduos sem qualquer vínculo com a causa operária ou com a revolução. Assim, a LCI faz sua denúncia afirmando que até mesmo representantes e membros da burguesia nacional encontravam espaço no interior da ANL. Seu programa estava tão afastado dos anseios e necessidades reais da classe trabalhadora que não assustava a grande burguesia, que também se sentia representada e contemplada pelas propostas da aliança.

A crítica à composição de classe da Frente Popular desenvolvida pelos trotskistas prossegue com a afirmação de que “no centro, [encontram-se] os “tenentes” arrependidos ou desempregados, os “outubristas” vagos depois que o Clube Três de Outubro fechou as portas, (...) os “líderes” proletários e bonzos sindicalistas, marca Armando Laydner” (A ALIANÇA..., 2015, p. 221). Se na direita estão os burgueses, no centro encontram-se os tenentistas, especialmente aqueles que tinham rompido com Vargas e estavam desiludidos ou sem espaço no novo governo. Muitos militares se aproximavam da organização devido à influência e presença de Prestes, na esperança de reviver a experiência tenentista da década de 1920.

“(…) finalmente, à esquerda, Luiz Carlos Prestes, sagrado de novo, mas desta vez em Moscou, “Cavaleiro da Esperança” e que aparece, vem voltar como um Radamés triunfante” (A ALIANÇA..., 2015, p. 222). Concluindo a composição de classe da ANL, os trotskistas apontam que Prestes aparece como o setor mais à esquerda. É interessante notar que quando falam de Prestes, os trotskistas fazem questão de mencionar o seu vínculo com a burocracia soviética, ressaltando que fora exilado em Moscou e agora voltara com as bênçãos de Stalin para comandar os comunistas. “E, afinal, fechando a cadeia, pela esquerda, o partido stalinista já está em plena decomposição caudilhista, ideologicamente desmoralizado, imerso na confusão pequeno-burguesa e nacionalista (...)” (A ALIANÇA..., 2015, p. 222). Junto à Prestes encontra-se o partido comunista, que para os trotskistas já não é representante do proletariado organizado, mas da pequena-burguesia, do nacionalismo e da política de colaboração de classe.

Para a LCI a ANL se constitui como uma organização pequeno-burguesa, pois seus interesses não refletiam as necessidades da classe operária, mas os anseios da burguesia nacional. O partido comunista, sob uma orientação stalinista, havia se afastado do movimento operário e se aproximado dos ideólogos da pequena-burguesia. “O proletariado deixou de ser, para o estalinismo (as afirmações em contrário são puras formalidades) a classe revolucionária, a classe dirigente e detentora da hegemonia nas lutas políticas diárias e sociais contra a grande burguesia e o imperialismo” (A ALIANÇA..., 2015, p. 219). Ao interpretar a realidade social brasileira como atrasada e fundamentalmente agrária, os pecebistas concebem que o caráter da revolução brasileira é democrático, ou seja, trata-se de uma revolução de libertação nacional, na qual o sujeito revolucionário é a pequena-burguesia. Em outra passagem acrescentam que:

A força motriz principal da revolução já não é o proletariado, mas a pequena burguesia. O instrumento principal da revolução, da realização da aliança operária e camponesa, não é mais o partido da vanguarda proletária, o partido forjado por Lenine, o partido bolchevique, mas um “movimento” de pequenos burgueses pela libertação nacional do Brasil, isto é pela burguesia nacional. (A ALIANÇA..., 2015, p. 223).

Os opositoristas criticam a postura do PCB que, a serviço da burocracia stalinista, deixou de ser o partido da vanguarda operária e da revolução socialista, para aliar-se a pequena-burguesia e transformar-se no partido da revolução burguesa.

O P.C. stalinista deu as costas definitivamente ao proletariado e foi procurar nos pequenos burgueses arretados, nos tenentes “chômeurs”, e nos caudilhos em vilegiatura e nos burgueses liberais, a força motriz da sua “revolução” democrático-burguesa, vulgo agrária e anti-imperialista, ou, ainda, de acordo com o seu apelido mais recente “nacional revolucionário”. (A ALIANÇA..., 2015, p. 223-224).

A orientação política do PCB parte do pressuposto de que o Brasil é um país essencialmente agrário, que o campo domina a cidade e que a burguesia industrial precisa se desenvolver para o fortalecimento do próprio proletariado. Por conseguinte, a luta revolucionária deve se voltar contra os resquícios “feudais” e pelo desenvolvimento das forças produtivas, pela consolidação de um processo industrializante e modernizador. Essa interpretação defende a existência de uma subordinação da economia brasileira ao imperialismo norte-americano e inglês. Nessa perspectiva, o Partido Comunista alia-se a burguesia nacional e levanta a bandeira do anti-imperialismo e do desenvolvimento nacional. Não se trata de lutar pela revolução operária, mas sim, pela revolução nacional, burguesa e democrática. Essas orientações se consagraram nas teses do *Comintern* e no Brasil encontraram folego nas concepções etapistas e dualistas elaboradas por Octávio Brandão em “Agrarismo e industrialismo”. A tese fundamental da *revolução em etapas* afirma que o Brasil de economia atrasada, com resquícios feudais, precisaria realizar primeiro uma revolução burguesa, de caráter democrático e nacional, ultrapassar uma fase de crescimento industrial para só depois alcançar as condições materiais para a luta pelo socialismo.¹⁶

Trata-se de uma concepção dualista e etapista que já vinha sendo combatida pela oposição de esquerda no plano internacional, principalmente após a derrota da revolução chinesa em 1927. Na contramão desse mecanicismo stalinista os opositoristas baseavam suas análises na lei do desenvolvimento desigual e combinado¹⁷ e na teoria da revolução permanente. Os trotskistas criticam abertamente o PCB por retirarem do proletariado o papel de classe dirigente da revolução e por não defenderem uma revolução de caráter socialista.

Após o fechamento da ANL em julho, *A Luta de Classes* publicou mais um artigo, intitulado “O fracasso da ANL e as tarefas da vanguarda operária”, no qual analisa o processo que levou ao fechamento da organização e os desdobramentos desse fato para o movimento operário. Na mesma linha de análise, os trotskistas criticam a questão da direção, mas também apresentam a problemática a partir do papel desempenhado pela pequena-burguesia:

(...) a pequena burguesia não é capaz de dirigir coisa nenhuma, e muito menos a luta contra o imperialismo. A pequena burguesia da cidade não é capaz de grande coisa. A pequena burguesia rural, os pequenos lavradores e camponeses, esses, são capazes de muito – mas tanto pode ser no sentido da revolução como da contrarrevolução. Tudo, mas tudo, nesse caso, depende exclusivamente, de nós do

¹⁶ Essa interpretação esquemática aparece claramente no programa do Governo Nacional Popular Revolucionário: “O referido governo dando início no Brasil ao desenvolvimento livre das forças de produção não pretende a socialização da produção industrial e agrícola, porque nas condições atuais do Brasil só será possível, com a implantação da verdadeira democracia, liquidar o feudalismo e a escravidão, dando todas as garantias para o desenvolvimento livre das forças de produção do país” (PROGRAMA..., 1924, p. 129).

¹⁷ A lei do desenvolvimento desigual, desenvolvida por Trotsky, especialmente no primeiro capítulo de *A história da revolução Russa*, intitulado “Peculiaridades do desenvolvimento da Rússia”, refere-se aos diferentes ritmos e graus de desenvolvimento das forças produtivas. Assim, países com um determinado grau de “atraso” econômico acabam por combinar estágios de desenvolvimento mais primitivos com outros mais elevados.

proletariado urbano, da sua organização política, da sua capacidade de direção e de decisão, seja qual for o número específico da classe operária e o atraso econômico do país. (O FRACASSO..., 2015, p.233).

Nessa passagem fica evidente o entendimento dos trotskistas sobre a natureza de classe da pequena-burguesia. Trata-se de uma classe oscilante, que diante das suas condições materiais se colocará ao lado do proletariado ou da burguesia, se posicionando pela revolução ou pela contrarrevolução. Em *Aonde vai a França*, Trotsky apresenta uma caracterização da natureza de classe da pequena-burguesia que parece estar de acordo com a proposta apresentada pelos opositoristas brasileiros. Ao analisar a conjuntura francesa que também vivia uma ascensão da Frente Popular, o revolucionário russo argumenta que a classe operária não pode “dar as costas à pequena-burguesia, abandonando-a a sua desgraça”. Para o líder da oposição de esquerda é preciso “Aproximar-se dos camponeses e dos pequenos burgueses da cidade, atraí-los para o nosso lado, é a condição necessária de êxito na luta contra o fascismo, para não falar da conquista do poder” (TROTSKY, 1934). A sociedade burguesa se divide em três classes: a burguesia, o proletariado e a pequena-burguesia ou classe média. Todavia, as classes fundamentais, são a burguesia e o proletariado, pois são as únicas que podem apresentar um programa político independente e autônomo. A classe média não pode ter uma política própria, pois está marcada pela heterogeneidade e pela dependência econômica. Nas palavras de Trotsky:

Sua camada superior toca imediatamente a grande burguesia. Sua camada inferior se mescla com o proletariado, e chega mesmo a cair no estado de lumpemproletariado. De acordo com sua situação econômica, a pequena burguesia não pode ter uma política independente. Oscila sempre entre os capitalistas e os operários. (TROTSKY, 1934).

É a partir dessa perspectiva que a LCI argumenta que a direção cabe à classe operária, no sentido de arrastar atrás de si a pequena-burguesia. O papel do partido da classe operário deve ser o de mostrar à classe média que o capitalismo também não é capaz de satisfazer as suas necessidades e que é preciso escolher a via revolucionária, seguindo a classe operária. O programa da ANL, reformista e que aparece como pequeno-burguês não é um programa autônomo e independente, não é uma alternativa. É na realidade um programa pela manutenção da ordem estabelecida. O proletariado não pode cair no equívoco de abraçar um programa reformista que se restringe a garantia das liberdades democráticas, pois esse programa é o que garante que a propriedade privada e as relações capitalistas permaneçam intocadas.

Os trotskistas também afirmam que a ANL não surge da necessidade da burguesia nacional em combater o imperialismo. Aqui reside uma importante análise sempre presente nos textos dos opositoristas sobre o caráter das burguesias em países “atrasados”. Trotsky observa em seus textos

que nos países que realizaram sua industrialização sob a época imperialista, as burguesias nacionais já nascem contrarrevolucionárias. Essas burguesias periféricas não buscam repetir os feitos revolucionários da burguesia jacobina, pois carregam peculiaridades do atraso histórico. Esse processo tardio de modernização capitalista impõe as burguesias periféricas a tarefa de realizarem um processo modernizante de urbanização e industrialização em um período em que o proletariado já existe enquanto sujeito social e, portanto, já representa uma ameaça à ordem estabelecida. Por conseguinte, essa burguesia tardia abre mão do seu caráter revolucionário e busca realizar esse processo de industrialização sem romper com o passado, estabelecendo acordos e compromissos com as forças aristocráticas.

Outra característica marcante do processo de industrialização dos países latino-americanos é a presença permanente do capital estrangeiro. Essas burguesias tardias surgem na época do imperialismo e já nascem vinculadas e submetidas à ação das grandes companhias internacionais.

Como afirma Trotsky:

Ni una sola de las tareas de la revolución "burguesa" puede realizarse en los países atrasados bajo la dirección de la burguesía "nacional", porque ésta, desde su nacimiento, surge con apoyo foráneo como clase ajena u hostil al pueblo. Cada etapa de su desarrollo la liga más estrechamente al capital financiero foráneo del cual es, en esencia, agente. (TROTSKY, 1938).

A perspectiva trotskista afirma que as burguesias nacionais dos países atrasados não estão em contradição com o imperialismo, pelo contrário, estão atreladas. Nessa abordagem, não existe dicotomia entre nação e antinação, ou seja, entre burguesia nacional e imperialismo. Assim, o processo de desenvolvimento capitalista dessas nações tardias se realiza não por meio de uma burguesia nacional independente e autônoma, mas mediante o impulso econômico das nações mais industrializadas. As burguesias tardias se posicionam historicamente como classe dependente e submetida ao imperialismo. Tal condição histórica coloca essas burguesias nacionais na contramão da revolução, as impossibilitam de representarem uma verdadeira força na luta contra o imperialismo, pela revolução democrática.

Não podemos compreender esse processo sem analisarmos o papel da que a IC desempenhou no cenário que se constituiu a partir de meados da década de 1930. A vitória de Hitler na Alemanha transformou o panorama europeu e internacional, levando a burocracia soviética a rever sua estratégia de ação, abandonando a linha esquerdista do “terceiro período” e abraçando a perspectiva de amplas alianças. Sobre esse giro político de 180°, Trotsky observou que:

Seria, no entanto, ingenuidade pensar que, na base da política do *Comintern* na Espanha estivessem alguns “erros” teóricos. O estalinismo não se guia pela teoria marxista, nem por qualquer teoria que seja, mas empiricamente pelos interesses da

burocracia soviética. Entre eles mesmo, os cínicos de Moscou, riem-se da “filosofia” da Frente Popular à la Dimitrov. (TROTSKY, 1936b).

Espanha e França estão entre as primeiras experiências da Frente Popular organizadas pela IC. Em diversos textos, Trotsky tece uma análise crítica sobre esses processos. Nessa passagem, ele aponta que não se trata de um equívoco teórico, mas simplesmente de organizar a luta internacional de acordo com os interesses da burocracia soviética. Com a ascensão do Nazismo, uma nova guerra mundial ficava mais evidente a cada momento, por conseguinte, a URSS de Stalin temendo um confronto armado buscou estabelecer alianças com as burguesias europeias e, para sancionar esses acordos os partidos comunistas deveriam deixar de serem propagadores da revolução socialista, estabelecendo alianças com a burguesia para barrar o fascismo e garantirem as liberdades democráticas. Assim, os comunistas deixariam de ser uma ameaça e se tornariam aliados numa luta em comum, o que garantiria a manutenção da burocracia soviética.¹⁸

Ainda sobre as Frentes Populares, o revolucionário russo acrescenta que “a aliança do proletariado com a burguesia, cujos interesses, no momento atual, nas questões fundamentais, formam um ângulo de 180 graus, não pode, via de regra, mais que paralisar a força revolucionária do proletariado” (TROTSKY, 1936b). Num processo em que as lutas pelas liberdades democráticas burguesas tomam o primeiro plano, o resultado dessas alianças para o proletariado é catastrófico, pois implica no abandono da luta pela revolução socialista. Mesmo na França de Léon Blum ou na Espanha de Manuel Azaña, onde essas alianças foram vitoriosas, elas não conseguiram se sustentar e tampouco promover transformações econômicas que alterassem a ordem capitalista estabelecida.

Os trotskistas brasileiros não perdem essa perspectiva de vista e também apontam o papel que essa nova orientação da IC desempenhou na fomentação das Frentes Populares:

Esta fase começou em outubro do ano passado, fazendo, da noite para o dia, uma reviravolta de 180° e desmentindo tudo o que vinha sustentando ainda na véspera, (...) o stalinismo nacional procurou dissolver a frente única, prévia, de partidos, com objetivos concretos, imediatos numa “frente popular” onde cabem gato e cachorro, sem caráter de classe, sem objetivo concreto, sem responsabilidade ideológica (A ALIANÇA..., 2015, p. 223).

Mais uma vez fica evidente a crítica da oposição de esquerda à política de alianças lançada pelos stalinistas. O VII Congresso da IC consolidou essa virada política que se realizou sem qualquer processo de autocrítica, retomando uma política de colaboração de classes. Assim, a tática

¹⁸ “Ante o perigo que representa a Alemanha Hitlerista, a política do Kremlin se voltou para a França. (...) Os meios dirigentes do Kremlin não falam do comunismo francês senão com desprezo. É necessário, então, conservar o que existe para não piorar. Como não se concebe a democracia na França sem os radicais, façamos com que os socialistas os sustentem; ordenemos aos comunistas que não incomodem o bloco Blum-Herriot; se possível, façamos com que entrem, eles mesmos, no bloco. Nem distúrbios, nem ameaças! Esta é a orientação do Kremlin. (...) A política de Stalin, que é determinada pelos interesses da burocracia soviética privilegiada, se tornou profundamente conservadora” (Trotsky, 1934).

esquerdista de frente única pela base foi descartada, dando lugar a uma frente ampla que reunia a esquerda stalinista, progressistas, liberais e burgueses em torno de um programa de defesa das liberdades democráticas, de cunho reformista e nacionalista.

Os opositoristas também comentam sobre a questão organizativa da ANL. Uma aliança que aglomera diversos setores de diferentes classes não tem facilidade em se organizar disciplinadamente. Enquanto permanecia na legalidade sua organização ainda era possível, mas com o seu fechamento, os trotskistas argumentavam que a clandestinidade não funcionaria para uma organização tão heterogênea:

A Aliança Nacional Libertadora não tem possibilidade de vida ilegal. A sua composição social heterogênea, os seus frouxos laços organizatórios, a sua ausência de qualquer disciplina interna e até ideológica, a sua direção pequeno-burguesa, em que se misturavam elementos de todas as classes, de todas as tendências, e de todas as ideias, a impossibilidade de ter por isso mesmo uma direção centralizada e eficiente, os seus vértices dirigentes se balançando no ar sem ligação direta e séria com as massas profundas, tudo mostra que a ANL não pode viver na ilegalidade. Organizações políticas revolucionárias ilegais são o privilégio da classe operária. (O FRACASSO..., 2015, p.234).

Com a ANL na ilegalidade a LCI aponta que a organização tenderia a se romper, pois não apresenta o perfil necessário para sobreviver na ilegalidade. Uma organização tão ampla não viabilizava uma centralização. A ilegalidade exige uma rígida disciplina interna, um consenso em torno de um programa e de ações. A ANL era uma organização “frouxa”, que operava sem essa disciplina. Assim, após o seu fechamento, a frente popular realmente se esvaziou, mas não apenas porque perdeu sua legalidade, mas também porque não havia uma homogeneidade em torno das suas ideias. A ofensiva operada por Prestes, o chamamento à luta armada, esse discurso radical assustou parte da pequena-burguesia que temia um caminho mais a esquerda.

Após a tentativa de golpe orquestrada pelo PCB e por Luiz Carlos Prestes, a LCI publicou novo artigo, intitulado “O desastre de novembro e o naufrágio do prestismo e do stalinismo”, no qual tece críticas a fracassada insurreição armada:

Mais cedo do que esperávamos as nossas previsões foram inteiramente confirmadas: o aliancismo stalinista com o seu “fuhrer” Luiz Carlos Prestes à frente, acabou tentando um “putsch” militar na impossibilidade de arrastar a massa à revolução. Desta forma o sórdido oportunismo ideológico em que caíram os stalinistas foi coroado pelo aventureirismo golpista mais descabelado. (O DESASTRE..., 2015, p.243).

Em primeiro lugar apontam a exatidão de suas previsões ao afirmarem que longe da legalidade a tendência golpista se fortalecia no interior do partido. A partir de julho, na

clandestinidade, aquilo que sobrou da ANL se voltou para orquestrar o levante armado, não a partir da classe operária, não a partir das fábricas, mas a partir dos quartéis. Sem vínculos com o movimento operário, sem controle de sindicatos e, principalmente, sem um programa que aproximasse os comunistas das necessidades reais da classe operária, na medida de superar e expor os limites das leis trabalhistas de Vargas, os pecebistas, vinculados à Prestes e acreditando na força do seu nome, pensaram ser possível iniciar um levante militar.

Desde o momento em que a ANL passa à ilegalidade, o PCB e os tenentistas de esquerda atuam no sentido de buscar apoio, principalmente, entre os militares. Prestes escreveu e entrou em contato com todos seus ex-companheiros tentando angariar adeptos à luta armada contra Vargas. O resultado foi o afastamento da sociedade civil organizada, a insistência na proposta insurrecional, a derrota do levante militar e a repressão. Sobre o significado e resultado do irresponsável levante militar, os opositoristas apontam que:

Das perspectivas que, por ocasião do fechamento da ANL, traçamos para o desenvolvimento ulterior da situação, realizou-se a pior variante, uma tentativa prematura de insurreição aliancista, a derrota, com o recuo de posições já alcançadas, como consequência: repressão sistematizada e que ainda não encontrou resistência, o movimento operário desmantelado, a ilegalidade estendendo-se até campo “constitucional” das liberdades democráticas, e da luta antifascista, as esferas dirigentes da burguesia provisoriamente, pelo menos, conciliadas, e unidas em frente única contra o espantinho do comunismo, e, finalmente o integralismo, com o campo livre, com a legalidade garantida, e, justificado, histórica e politicamente perante toda a burguesia e já grande parte da pequena burguesia (O DESASTRE..., 2015, p.254).

Para os trotskistas a criação da ANL já significou uma derrota para a classe operária e sua organização revolucionária, mas o fechamento da organização e o posterior levante orquestrado por Prestes e pela direção stalinista, trouxe ainda mais dificuldades à organização do movimento operário. O desfecho pela insurreição significou um grande retrocesso às liberdades democráticas. Os levantes abriram espaço para que Vargas encaminhasse o Estado de Sítio. O Estado de exceção, como medida provisória para manutenção da ordem, passou de provisório a permanente, sendo renovada por quase dois anos seguidos. Com direitos, liberdades e garantias constitucionais suspensas, não foi apenas a luta do movimento operário que recuou, também a luta contra o integralismo sofreu um forte retrocesso, pois a resistência às forças fascistas estavam na prisão ou no exílio. Outra consequência drástica foi a proliferação do discurso anticomunista. A insurreição armada, orquestrada pelos stalinistas e tenentistas proporcionou ao governo Vargas a legitimidade para a instauração de um discurso de combate ao comunismo.

Por fim, os oposicionistas reafirmam que o PCB stalinizado, não é mais representante da vanguarda operária, não é mais alternativa para os trabalhadores na luta por sua emancipação. Após afastar-se da classe operária, aproximar-se da pequena-burguesia e optar pela via insurrecional, os comunistas, a serviço de uma burocracia privilegiada, não podem mais representar a direção do movimento operário. Na análise dos trotskistas:

O partido stalinista quebrou a sua espinha no “putsch” de novembro. Já não poderá voltar as suas origens bolchevistas, porque seria desmentir-se a si mesmo, e contraria as diretivas do sétimo congresso da Internacional Comunista stalinizado, o qual não foi mais do que o seu congresso de dissolução, vindo consagrar a fusão com os reformistas da segunda Internacional, a política de colaboração de classes, abandonando-se a luta pela revolução proletária a troco do apoio a governos burgueses “democráticos” para “evitar” fascismo, a defesa nacional em regime capitalista e o social-patriotismo. (O DESASTRE..., 2015, p.252).

Essa última citação reúne em síntese uma análise de todo o processo de “deturpação” da teoria revolucionária. Aparece aqui uma crítica a toda política implementada pela IC a partir de 1934 e que se consolidou no VII Congresso em 1935. Tal política abandonou as orientações do “terceiro período” que recusavam as alianças, mesmo as provisórias, para uma estratégia de amplas alianças. Para os trotskistas, essa é a política do stalinismo, da burocracia soviética que se tornou uma adversária do movimento operário, levando seus partidos a adotarem um programa democrático, reformista, que não questiona nem ultrapassa os limites da sociedade capitalista. Para os oposicionistas esse é um programa que retoma as diretrizes da II Internacional, ou seja, uma proposta nacionalista e de colaboração de classe que tem como última consequência, a manutenção do regime burguês de produção.

Considerações finais

Os trotskistas organizados na LCI acompanharam de muito perto a constituição, atuação e queda da ANL. Não aderiram à aliança, mas permaneceram atentos aos seus movimentos no intuito de não apenas criticar, mas também orientar e influenciar nas suas decisões. A crítica desenvolvida pelos oposicionistas vai muito além de questões conjunturais ou pontuais. Trata-se de uma crítica pautada em uma teoria, em princípios que, para os trotskistas, deveriam orientar a atuação de um partido de vanguarda operária. É assim que questionam não apenas as limitações do programa aliancista, mas todo o conceito de revolução que permeava a prática do PCB e da ANL.

Ao refletirem sobre a ação da frente popular, a LCI coloca em cheque o caráter da revolução de libertação nacional, o papel da burguesia como agente revolucionário e as alianças

estabelecidas com os tenentes e setores burgueses. Além disso, enfatiza a influência das orientações da Internacional, da burocracia stalinista e seu interesse em lançar o movimento operário mundial no caminho da formação de alianças amplas e da colaboração de classes. A análise da atuação do movimento trotskista brasileiro em meados da década de 1930 evidencia que já existia um debate no interior da esquerda brasileira, que ela já era plural e, portanto, diferentes interpretações e teorias concorrentes disputavam influenciar e orientar o movimento operário brasileiro.

Referências

A ALIANÇA Nacional Libertadora e a confusão do Movimento Operário. *A Luta de Classes*. Juiz de Fora, nº25, 25 jun. 1935, p.1-2. In: ABRAMO, F. KAREPOVS, D. (Orgs.). *Na contracorrente da História: documentos do trotskismo brasileiro 1930-1940*. 2ª ed. São Paulo: Sunderman, 2015, p.218-225.

ALMEIDA, Miguel Tavares de. *Liga Comunista Internacionalista: teoria e prática do trotskismo no Brasil (1930-1935)*. São Paulo: PUC/PPGH (Dissertação de mestrado), 2003.

DEL ROIO, Marcos. *A classe operária na revolução burguesa. A política de alianças do PCB: 1928-1935*. Belo Horizonte: Oficina de livros, 1990.

FERREIRA, Pedro Roberto. *O conceito de Revolução da esquerda brasileira: 1920-1946*. Londrina: UEL, 1999.

O FRACASSO da ANL e as tarefas da vanguarda operária. *A Luta de Classes*. nº26, ago. 1935, p.3-6. In: ABRAMO, F. KAREPOVS, D. (Orgs.). *Na contracorrente da História: documentos do trotskismo brasileiro 1930-1940*. 2ª ed. São Paulo: Sunderman, 2015, p.225-236.

O DESASTRE de novembro e o naufrágio do prestígio e do stalinismo. *A Luta de Classes*. nº28, 01 de abr. 1936, p.1-4. In: ABRAMO, F. KAREPOVS, D. (Orgs.). *Na contracorrente da História: documentos do trotskismo brasileiro 1930-1940*. 2ª ed. São Paulo: Sunderman, 2015, p.243-258.

PRESTES, Luiz Carlos. *Todo poder à Aliança Nacional Libertadora*. 1935. In: LÖWY, Michael. (Org.) *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999, p.132-136.

PROGRAMA do Governo Popular Nacional Revolucionário. 1935. In: LÖWY, Michael. (Org.) *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999, p. 127-131.

TROTSKY. *A França na encruzilhada*. 1936a. Disponível em: < <https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1936/03/28.htm>>. Acessado em 15 de abril de 2015.

_____. *Aonde vai a França?* La verité. 9 de nov. de 1934. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1934/franca/index.htm>>. Acessado em 15 de abril de 2015.

_____. *La revolución china*. 1938. Disponível em: <<https://www.marxists.org/espanol/trotsky/ceip/permanente/larevolucionchina.htm>>. Acessado em 20 de junho de 2015.

_____. *Menchevismo e bolchevismo na Espanha*. 1936b. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1936/mes/espanha.htm>>. Acessado em 20 de junho de 2015.

VIANNA, Marly. *A ANL (Aliança Nacional Libertadora)*. In: MAZEO, A. C; LAGOVA, M. I. (Orgs.). *Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003, p.123-134.